



*Admonet in somnis et turbida terret image.*

**Horrido Espectro me atormenta em sonhos.**

### LISBOA 1 DE MAIO.

Acha-se nomeado o ministerio. O sr. Almeida Proença para o reino; Duarte Leitão para a justiça; conde do Tojal para a fazenda, e interinamente para a marinha; Bayard para os estrangeiros, e interinamente para a guerra.

Os cabeças da conspiração de 6 d'Outubro desapareceram; mas ali estão os seus adherentes e sustentáculos.

Não sabemos qual é a politica do novo ministerio, cremos até que não tem nenhuma sua propria. Nos governos representativos o poder deve ser exercido pelos chefes das maiorias, e o gabinete nem as conhece.

Mas as nossas circumstancias são extraordinarias, e tudo por isso deve ser menos regular. Isto não significa que os negocios publicos devam ser geridos por mediocridades. Essas circumstancias exigem caracteres energicos que pela força do seu genio se elevem á altura dos acontecimentos, e os dirijam no sentido do bem commum. Esses homens não se criam, não se improvisam, apparecem ao lume d'agoa, todos os conhecem, todos os indigitam, todos os saudam — Quando Napoleão salvou a França debilitada pelas suas dissensões internas e pela corrupção do directorio, tinha ganho muitas batalhas, conquistado a Italia para a republica, levado o nome e a gloria das armas francezas ao Egypto. Não foi um rei que o elevou, foi elle que se engrandeceu, e a França toda disse *Salve*. Nunca houve salvador sem precursor e o precursor dos homens d'estado são as acções gloriosas que os enobreceram.

O ministerio por conseguinte não póde salvar o paiz.

E isto não quer dizer que elle não tenha seu prestimo — póde tê-lo, póde fazer grandes serviços á sua patria.

As situações politicas não se resolvem de salto, os acontecimentos marcham independente da vontade dos homens, e por isso seguem mais ou menos a sua estrada regular.

Se a revolução triunfar por meio das armas o ministerio está formado: — o ministerio é a junta do Porto até que a representação nacional se reuna; que é essa a quem toca designar

aquelles que devem gerir os publicos negocios. Mas a nomeação do ministerio actual é independente da revolução, ainda que determinada pelas necessidades della, e por isso deve ser avaliado em relação á côrte de quem se diz ser filho, em relação á revolução que elle deseja terminar, e em relação ao paiz em cujo interesse deve ser formado.

A rainha vio a sua corôa em perigo e quiz salva-la. Não lhe attribuímos motivos mais nobres, porque realmente os não ha. Do sangue derramado não se importa ella, que o tem deixado correr a jorros. As lagrimas das victimas não a commovem; que nem sequer as quiz ouvir, ou não as attendeu depois de ouvidas. Declarando-se inimiga dos seus subditos pelo acto de mandar seu marido fazer a guerra, divorciou-se com elles; vendo-se solitaria quer transigir, e d'ahi nasceu o novo ministerio.

É claro que a rainha com estas disposições não ía buscar ministros á revolução, nem isso se podia rasoavelmente esperar. Era um acto assás nobre que a côrte não podia comprehender, era o unico que podia grangear-lhe de novo esta afeição que um rei nunca devia ter perdido, era o unico que podia fazer acreditar ás massas que a sua rainha fôra innocente nos males publicos, e que os seus conselheiros eram os unicos responsaveis das desgraças da nação.

Foi pois natural a transição, se ha animo de que seja só transição para o governo popular e nacional. A côrte não praticou um acto sublime, mas fez uma cousa que lhe não está mal, e que é a mais natural das transições, e até a mais frequente.

Em relação pois á côrte o ministerio é racional; póde fazer-lhe grandes serviços e ao paiz, se reconhecendo a sua missão a desempenhar com lealdade.

Esta missão consiste em aplanar o caminho para que o governo do estado entre na estrada constitucional sem violencia, para que essa nuvem prenhe de tempestades se dissipe sem se romper, para que o povo triunfe sem levar diante de si o throno, para que a equidade prevaleça sobre o rigor da justiça e sobre os rancores dos partidos, e em fim para que o

bem de todos preponderare sobre o bem do maior numero.

Se a isto se limitar a missão do ministerio o paiz saudará a sua elevação. Uma transacção quer dizer o sacrificio mutuo d'interesses de ambas as partes, cada uma prescindindo de alguma cousa a que aspirava, cede algum tanto *pro bono pacis*, e esta cedencia é compensada pela segurança da posse do que se obtem, e pela certeza de que nos livra dos riscos da contenda.

Para tractar com a junta do Porto é preciso primeiro reconhecer o seu direito, é preciso reintegrar todos os seus membros, é preciso mais alguma cousa que é respeitar e revalidar, se de revalidação carecem, todos os seus actos e compromissos. A junta fez grande serviço á rainha, chamou ao gremio liberal homens que levantavam armas contra ella e contra a sua dynastia, fez abater sem derramar sangue a bandeira do proscripto, e augmentou assim o numero dos amigos das instituições liberaes.

● partido popular não quer a aniquilação dos seus contrarios. Não teme a guerra mas não a deseja. Dá cabeças para o cadafalso, victimas da sua dedicação para as costas d'África, mas não levanta forcas nem proscree cidadãos. Sabe vencer mas sabe também ser generoso. Póde aniquilar e aniquila os despotas, mas respeita e acata o throno apenas este deixa de lhe ser hostile e quer trilhar a senda da legalidade.

Mas antes de toda e qualquer negociação ha um assumpto grave que merece a maior consideração.

A rainha deu este passo para obter a mediação estrangeira. A questão assim fica sendo pouco portugueza da parte da côrte, e só o é do lado da junta do Porto.

Para vergonha dessa facção que ainda por ahi se pavonea, os estrangeiros foram chamados contra nós. Se a rainha fosse quem os chamasse, se fosse ella quem mandasse vir os castelhanos para esmagar os portuguezes, nós com toda a nação bradaríamos que a rainha tinha perdido todo o direito ao throno. E de facto o perdêra; porque ficaria duquesa de Mantua mas não rainha dos portuguezes.

E esses castelhanos foram chamados, e os hespanhoes ameaçam a nossa independencia. Não é o sentimento das nossas dissensões politicas que os move, é o medo; são arrogantes por cobardia; receiam que sejamos livres, e que a nossa força os prejudique; querem pois engrossar as fileiras cabralistas para aniquilarem a nossa nacionalidade, e por desgraça nossa

Tambem dos portuguezes  
Alguns traidores houve algumas vezes!

A asserção de que a interferencia hespanhola que os cabralistas sollicitaram é filha de uma

politica mesquinha e de medo, acha-se no *Diario* de 27. Ei-la ahi:

«E seria possivel que houvesse uma nação « estrangeira que olhasse indifferente para as « tentativas desacordadas desses fanaticos de- « mocratas, cuja vaidade a ameaçava? E quan- « do o fosse em relação a nós os portuguezes, « consentiria por ventura, que no meio dia da « Europa se levantasse um gigante, que hoje « ou amanhã, mais cedo ou mais tarde, podia « esmagar-la debaixo do seu peso enorme?»

Sim! Essa revolução é o gigante que póde devorar os pigmeus, mas o gigante também não se deixará manietar facilmente. Assim reconhecem a nossa grandeza, assim querem suffocar o gigante nascente? Não é a vida que nos trazem é a morte com que nos ameaçam.

Mas se a maioria dos portuguezes é ministerial para que chamaram cá os estrangeiros? E se é anti ministerial; se está alistada nas fileiras da junta do Porto como é que uma minoria facciosa e insignificante quer dirigir os destinos do paiz? pois nos governos representativos vai buscar-se a força fóra dos limites do estado? Luiz 18 foi trazido nas pontas das bayonetas dos alliados, e a sua descendencia morreu desthronada!

Quando a folha official escrevia assim estava certa de que por parte da Hespanha nós eramos ameaçados. Exultava com a ameaça mas callava-a. Nós revelaremos toda a hediondez desse partido vendido ao estrangeiro, dessa côrte fementida que não confia no valor e lealdade dos seus subditos. Vamos publicar documentos que ficarão perpetuamente gravados na memoria dos homens. Ei-los ahi:

« N.º 1. — Administração de Estremoz. —  
« N.º 152. — Illm.º sr. — O illustrissimo sr. ad-  
« ministrador deste concelho, encarrega-me de  
« comunicar a V. s.ª que acaba de chegar a  
« esta villa uma guarda avançada de cavallaria  
« do exercito hespanhol, commandada por um  
« official superior, com participação ao exm.º  
« general visconde de Setubal da entrada das  
« forças daquella nação neste reino a fim de  
« por uma vez se acabar com essa detestavel re-  
« bellião que tem devastado o nosso paiz: o  
« que o mesmo sr. administrador quer que V.  
« s.ª mande logo fazer publico nessa parochia  
« para satisfação dos leaes subditos de S. M. a  
« rainha e desengano dos incautos que se dei-  
« xaram arrastar pelas seduccões dos rebeldes.  
« V. s.ª enviará certidão do cumprimento desta  
« ordem. — Deos guarde a V. s.ª — Estremoz 23  
« d'Abri! de 1847. — O escrivão da administra-  
« ção, *Thimotheo José da Silveira.* »

« N.º 2. — Como o sr. regedor de parochia  
« d'Azaruja transmittiu a minha primeira noti-  
« cia aos rebeldes d'Evora, fazendo-a appare-  
« cer nas suas chronicas, rogo-lhe queira dar  
« igual andamento a esta, fazendo conhecer

« que a força de cavallaria hespanhola que aqui  
 « pernitoi hoje é de lanceiros, commandada  
 « pelo tenente coronel D. Manoel Rodrigues Fi-  
 « tz, e que as forças hespanholas que veem na  
 « sua retaguarda são compostas de tres mil ho-  
 « mens de infantaria d'Almansa e quatro esqua-  
 « drões de cavallaria d'Alcantara, um de Maria  
 « Christina, duas companhias de sapadores do  
 « regimento de engenheiros, uma bateria de  
 « montanha, um batalhão do regimento de Ara-  
 « gão, e mais duas baterias, uma de montanha  
 « e outra de obuses de 24. — Estremoz 23 de  
 « Abril de 1847. — O administrador do conce-  
 « lho, *Joaquim José Ledo.* »

O governo assim annunciou officialmente a interferencia, e esse facto é grave. O facto não é exacto, mas da parte do governo ha tanta ou mais culpabilidade como se o fosse. O caso passou-se assim:

O ministerio Pacheco é um ministerio de transição; os progressistas são aquelles a quem o poder vai tocar naturalmente; mas os puritanos não querem largar, e por isso tentam suffocar aqui o principio liberal a fim de desalentar lá os seus contrarios. Aquelle governo tem o instincto da conservação e nada mais — ouviu dizer que na Inglaterra tinham embarcado soldados para Portugal, e como a fraqueza sempre é arrogante julgou que devia vir coadjuvar a Inglaterra, e mandou que marchassem os castelhanos. O ministro inglez informado do caso fez parar immediatamente a marcha dos fanfarões, e as tropas cuja guarda avançada annunciavam os cabralistas de Estremoz, não passaram de Badajoz, nem passariam em quanto não soubessem que os inglezes tinham desembarcado para lhes guardarem as costas. Tres mil homens era um almoço para o visconde de Sá, e Montes Claros é no Alemtéjo.

O tenente coronel Fitz era portador de um officio do ministro inglez em Madrid — não era guarda avançada, tinha as honras de postilhão. De commandante militar passou a chefe de posta em que se corre menos perigo.

E o conteudo deste officio era importante. O *Espectro* sabe-o, e vai publica-lo. Ei-lo ahi:

« Madrid 19 de Abril de 1847. — Ex.<sup>ma</sup> sr.  
 « visconde de Sá da Bandeira. — E' do meu de-  
 « ver representar a V. exc.<sup>a</sup> que hoje combinei  
 « com S. M. C. os termos d'uma conveniente e  
 « honrosa transacção que vai ser proposta a S.  
 « M. F. e á junta do Porto.

« Esta transacção é inteiramente grata ao go-  
 « verno de S. M. B. o qual desde o principio  
 « destas desgraçadas differenças que tem lança-  
 « do n'um estado de desordem e confusão o rei-  
 « no de Portugal, tem anciosamente desejado  
 « ver essas differenças terminadas por um justo  
 « e equitativo convenio, honroso e decoroso para  
 « a coroa de S. M. F., e ao mesmo tempo ca-

« paz de perseverar intactas as liberdades e direi-  
 « tos do povo portuguez.

« Essa transacção contém além disso uma  
 « amnistia geral para todos as pessoas involvi-  
 « das na guerra civil. Ainda que não me fosse  
 « permitido dizer mais sobre isso em quanto  
 « ella não é submettida a S. M. F., não vejo  
 « difficuldade em dizer que comprehende tudo  
 « o que póde rasoavelmente desejar uma pessoa  
 « tão distincta e patriótica como V. exc.<sup>a</sup> »

« Vejo-me por conseguinte obrigado a asso-  
 « ciar-me ao passo dado pelo governo hespanhol  
 « e a pedir mui encarecidamente a V. exc.<sup>a</sup> por  
 « amor daquella paz, que esta interposição pro-  
 « vavelmente produzirá, e que deve ser dese-  
 « jada por todos os amigos do seu paiz, bem  
 « como por todos os outros motivos para que  
 « posso rasoavelmente appellar (proprijs para  
 « desviarem um homem reflectido de levar as  
 « cousas ao fim o que póde muito bem ser fa-  
 « tal á sua propria causa, e neste caso prova-  
 « velmente o seria) que cesse depois da recepção  
 « desta communicação com todos os ulteriores  
 « actos de hostilidade, e que espere na posição  
 « em que V. exc.<sup>a</sup> agora occupa, até que receba  
 « a communicação, que quasi immediatamente  
 « seguira esta, do ministro de S. M. B. em Lis-  
 « boa.

« Confiando inteiramente que V. exc.<sup>a</sup> me fará  
 « a honra de dar a esta communicação a atten-  
 « ção que ella merece, tenho a honra de ser —  
 « De V. ex.<sup>a</sup> etc. — (Assignado) *H. L. Bulwer.* »

Eis-ahi o papel que trouxe o tenente coronel commandante da guarda avançada do exercito hespanhol. A resposta a elle ei-la ahi:

« As forças que occupam Setubal comman-  
 « dadas pelo general visconde de Sá estão re-  
 « solvidas a obedecer á junta do Porto, e a ac-  
 « ceitar ou recusar o que fôr por ella aceitado  
 « ou recusado.

« Em quanto a resolução da junta não lhe  
 « for conhecida, e continuando o inimigo a au-  
 « gmentar os seus meios offensivos, estas forças  
 « julgam-se livres para emprender qualquer  
 « movimento offensivo que julguem conveniente  
 « sem com tudo se recusarem a suspenderem as  
 « hostilidades até a final decisão da junta uma  
 « vez que se tomem todas as medidas honrosas  
 « que se costumam pôr em pratica entre duas  
 « forças belligerantes. — Quartel general de Se-  
 « tubal 27 de Abril de 1847. — (Assignado) *Mar-  
 « quez de Mello.* »

O officio do ministro inglez contém materia analoga á que temos tractado nos numeros antecedentes sobre a mediação ingleza, mas o procedimento do nosso governo, e a attitude do hespanhol impõe-nos deveres a que não sabemos faltar.

Se a mediação é officiosa, se é por motivos de humanidade, acceitamo-la. Se é uma ameaça, rejeitamo-la. A mediação ingleza é honro-

4  
sa, a de Hespanha com esse apparatus bellico é despresivel. A junta deve responder como a convenção franceza — *A França não trata com os seus inimigos em quanto um só pisar o seu territorio.* Assim deve dizer a junta: *Portugal não trata quando é ameaçado.* Se a rainha accede a tudo, se os cabralistas se humilham, não deve acceder a tudo nem se póde humilhar a nação que a junta representa.

As propostas da Inglaterra são o triumpho da nossa causa; o programma da junta do Porto fica salvo; só é preciso reconhecer as suas consequencias.

A Inglaterra diz nas suas propostas que não ha rebellião em Portugal, mas sim *um esforço energico* contra o despotismo. Esse esforço pois deve ser louvado, o que se fez em virtude del-le deve ser sancionado.

Os interesses populares não são os interesses de meia duzia individuos, e por isso o povo só quer garantias de liberdade. Essas garantias não no-las dá ninguem, estão na nossa organização.

Quando o povo parecia ser levado de vencida a diplomacia dormia, e nós derramavamos sangue. O governo hespanhol municiaava os nossos inimigos; só a Inglaterra nos chorava. Quando nós estamos nas vespas do vencimento, quando a victoria nos sorri, é que os humanitarios dos *fusilamientos* se compadecem das desgraças para que concorreram, e querem fazer sua uma mediação em que a Inglaterra os deixou entrar por graça e mercê.

Pedem-nos que *paremos*. Bem! é porquẽ marchamos. Não disseram ao Saldanha que parasse quando nos ameaçava de entrar no Porto. Seria porque sabiam que não entrava lá; seria porque desejavam que elle o fizesse?

A mediação da Inglaterra é aceitavel; só nos resta segurarmos o nosso futuro. Não o segurando, nem uma nem outra mediação se deve aceitar. Os estrangeiros não hão de pisar sempre o nosso solo, e se a rainha descer á indignidade de os chamar, como desceu o seu governo, nós ajustaremos as contas quando esses auxiliares se ausentarem.

Assim o sente a Inglaterra civilisada. A sua politica está nas suas notas, nos seus jornaes. Terminaremos este artigo publicando um do *Times* em que se desenvolve todo o pensamento do gabinete inglez.

Attente pois bem o ministerio. Se quer ser castelhano, seja-o embora; mas nem todas as usurpações duram 60 annos. A de D. Miguel durou menos, a que se prepara será ainda mais efemera, porque a Hespanha está nas vespas da sua emancipação. Eis-aqui o artigo a que nos referimos:

Londres 17 de Abril.— E' evidente que no actual estado de cousas em Portugal a corte não póde ter esperanças rasoaveis de dictar condições aos insurgentes, ou de terminar a conten-

da d'um modo satisfactorio para ella. Nas dissenções civis desta natureza o triumpho absoluto de qualquer partido é o resultado que mais se deve receiar, porque é absolutamente seguido do abuso da auctoridade por um lado, e da proscricção pelo outro. A desunião entre os generaes da rainha, o seu thesouro totalmente exausto, a suspeitada desafeição da capital e o abatimento das tropas reaes tem reduzido a corte a uma posição puramente defensiva. A junta do Porto, pelo contrario, equipou uma expedição que illudiu facilmente o bloqueio do Douro, seguiu além de Lisboa, e desembarcou sem opposição em Lagos, no Algarve. Saldanha não póde já abafar a nova rebellião das provincias do sul, e a auctoridade real vai ficar limitada a Lisboa aonde a esquadra ingleza empresta um soccorro passivo á causa da rainha, e está prompta a dar protecção á sua pessoa; mas não é impossivel que se requisite a protecção de parte da marinha ingleza para cubrir a retirada da familia real nas immediações da capital.

Nunca foi intenção do governo inglez metter-se mais directamente nestas hostilidades, ou cooperar com alguma das partes contendoras; pois ainda que não fosse difficil para a Inglaterra inclinar-se a favor da causa da rainha de Portugal e forçar os insurgentes a sujeitarem-se á terrivel superioridade de tal alliança, é claro que o governo britannico não podia tentar resolver e terminar a questão politica que occasionára esta rebellião. Se nós caíssemos em garantir as promessas da corte não teriamos certeza de que ellas seriam cumpridas, e em todos os casos a saída dos corpos dos auxiliares estrangeiros seriam o signal de nova insurreição exacerbada pelo resentimento da interferencia estranha.

E' por conseguinte essencial para a auctoridade da rainha de Portugal que tudo o que se fizer seja feito pelo seu governo, e nós confiamos que as condições em que se póde concordar, mesmo em circumstancias adversas, serão mais respeitadas e menos precarias sendo ajustadas por auctoridades nacionaes do que quaesquer arranjos que podessem ser dictados pela força illusoria da intervenção estrangeira.

E' claro que o primeiro interesse de Portugal e de seus alliados é que a lucta não chegue ás extremidades; mas tambem é certo que as pertencções de ambas as partes são difficeis de conciliar. Pelo que respeita á questão de pessoas é certo que o principio capital do governo constitucional concede aos representantes da nação o *velo* sobre aquelles que gozam da confiança politica da soberana, e nada é tambem tão perigoso para a corõa como estender o manto da prerogativa sobre homens que perderam a estima do povo ou que excitaram as suas paixões. Mas ao mesmo tempo seria uma affronta para

esta auctoridade real, que ambos os partidos ainda professam respeitar, se os chefes desta insurreição entrassem por força nos conselhos da soberana. O povo tem o direito de pedir mesmo com as armas na mão o exacto cumprimento do pacto nacional e a observancia de todas as condições do governo representativo, mas elle converte a legitima defeza da sua liberdade em violencia legal e excessos arbitrarios se procura aproveitar-se da fortuna da guerra para modificar estas condições em seu favor e impôr á corôa concessões humilhantes e injustas.

Por estas razões ainda que uma potencia estrangeira é máu auxiliar nas convulsões domesticas do estado, porque desacredita o partido ao qual dá auxilio temporario, tal potencia pôde, não obstante, ser bom medianoiro, porque pôde avaliar mais desapassionadamente o que os partidos devem um ao outro do que elles mesmos.

São estas as vistas que parece ter guiado a politica dos gabinetes de Londres e Madrid com referencia ao presente estado de Portugal, e parece que o governo francez concorreu neste mesmo sentido. E' extremamente improvavel, e não seria menos impolitico, que alguma intervenção directa tenha logar para inverter a face dos negocios, e reduzir os insurgentes a capitular com a côrte. Mas por outro lado a côrte de Lisboa deve lembrar-se que o soccorro passivo que actualmente recebe da nossa esquadra a tem provavelmente salvado d'uma prompta derrota, e procurado oportunidade de tratar em melhores termos. Se a rainha fôr tão mal aconselhada que rejeite todas as concessões que são praticaveis, e que especule n'uma intervenção mais activa a seu favor quando todas as probabilidades de bom resultado estão exaustas, receiamos que ella se engane cruelmente, ainda que deliberadamente; e no estado actual dos seus negocios, se a côrte persiste em rejeitar o compromisso que lhe é recommendado pelos seus alliados, é provavel que o unico dever que estes terão de cumprir será escolta-la com segurança das praias de Portugal. Confiamos comtudo que em breve estejamos livres do receio desta deploravel alternativa.»

Hontem estalou a insurreição em parte da cidade. Os iusurgidos dirigiram-se ao Limoeiro e soltaram os presos. A guarnição do Castello fechou as portas e começou aos tiros. D'alli foram sobre a Graça, aonde houve algum fogo. Dois soldados foram mortos, populares parece que não chegaram a meia duzia.

O rei vinha do deposito da Graça, e á Guia foi apupado, porque o povo pensava que o barão de Sarmiento era o Saldanha. Depois enfi-

do e cheio de susto foi metter-se no paço até passar o perigo.

Os batalhões nacionaes não reuniram a 5.ª parte da gente que teem. O batalhão da carta nem juntou mais de 90 homens, e não passou do Rocio.

Os empregados publicos espancaram alguns cidadãos inermes.

Os insurgidos parece que tomaram uns a estrada de Cintra, outros a de Sacavem. Dizem-nos que seriam 300 homens.

O socego que se desfructa na capital é este. O regimento 4 tambem se revolucionou em vão no tempo de D. Miguel, e tantas foram as tentativas até que a tyrannia cahiu.

O *Diario* fez suas as noticias do *Boletim Cabralista* de Coimbra, publicando-a. Naquelle papel diz-se que a rainha ainda hoje está concedendo do seu bolsinho, ás familias do Mouzinho e do Bomfim, mezadas correspondentes ás patentes destes, e que todos os dias manda distribuir pelos pobres da capital cinco mil rações. O *Boletim* conclue que a rainha merece por aquelle facta e por outros iguaes todo o amor e respeito do articulista.

Pensamos que o bardo do Mondego quiz fazer um epigrama á rainha. Aquella senhora não dá nada ás familias indicadas, nem se sabe que dê mesmo uma esmola a um pobre quanto mais cinco mil rações. Se é mãi desvelada é dos filhos della como as outras, mas tem obrigação para isso. Se todas as suas acções são como as que o pobre cabralista commemora, tributa á rainha um amor e respeito fundado n'uma chimera que desaparecera como o fumo.

Pobre rainha, esses miseraveis, que te querem elogiar á nossa custa, enterram-te.

Vimos a discripção da parada e do jantar com que o Saldanha festejou o dia 7 d'Abril na Arrifana, lemo-la e admirámo-la. Esta escripta com talento e parece-nos que com exactidão. Diz-se alli que os «homens eram machinas, e os cavallo sensatos»!!! Eis-aqui ás proprias palavras — «Vedes vós nesta assembléa de homens machinas como tudo se agita sere-«no? Vedes aquelle marchar ordenado e gracioso dos ginetes como se fossem sensatos?»

Esta eloquencia é nova mas expressiva. E' d'um ridiculo fulminante. O papel está escripto todo naquelle gosto, e parece-nos mais ser obra de *homem-machina* que de  *cavallo-sensato*.

Vamos começar a publicação da correspondencia cabralista interceptada. E' muito curio-

sa. Começaremos pela seguinte que iremos dando successivamente. — Uma circular do Saldanha dizendo que as meias corôas que lhe mandam são falsas quasi todas — uma carta do Dantas que está nervoso porque o Gil Guedes não faz nada — outra do ex-conde do Tojal dizendo mal dos seus collegas, e declarando que não pôde arranjar dinheiro — outra de D. José de Lacerda ralhando do ministerio, do Castilho, do Gorjão, e de outros — outra de José Castilho na qual depois de dizer que a espada do rei sustenta nullidades, conclue lembrando que o Simas não deve ser ministro, que o Gorjão em lugar de ir para o reino deve ir para a justiça, que elle Castilho, por ter muita inercia, deve ficar com a pasta do reino, e se for preciso com a dos estrangeiros. interinamente!!! Tudo isto é modestia, que elle *segreda* ao Ximenes para depois de passar pelo seu *crisol* se formar uma *entidade governo* que não tenha qualidades *antipodas* da energia. Ahi vai a

*Correspondencia interceptada*

1.º

\* Oliveira d'Azemeis, 20 de Março. — Confidencial. — A S. ex.º o sr. ministro da guerra. — O marchal duque de Saldanha previne que no dinheiro remettido pelo governo de S. M. para o exercito se encontram quasi todas, ou todas as meias corôas falsas. — *Damazio*, capitão ás ordens.

(A' vista desta franca declaração, escusado é recommendar que devemos ter toda a cautella com as meias-corôas, que para nós possam passar do sul do Douro.)

2.º

\* Meu prezadissimo amigo. — Tive a satisfação de receber as suas estimadissimas cartas de 24 e 25 do corrente.

Hontem sahiu de Abrantes, e foi pernoutar em Villa do Rei a columna do commando do coronel Bravo.

Além das providencias, que lhe disse hontem se haviam dado a respeito dos vapores do Porto, deu-se hoje ordem para amanhã marchar para a praça de Peniche o batalhão do Algarve, e estar prompta a marchar á primeira ordem a columna composta dos contingentes e recrutas, que não é de 600 homens como lhe disse hontem mas sim de 475. Fui pedir ao mi-

nistro da fazenda uma das pequenas embarcações da fiscalisação das alfandegas, que fosse de bom andar, para a mandar de observação sobre Peniche, e voltar logo a dar parte, quando descubra algum dos vapores; esta pequena embarcação leva um official de marinha: dei, depois disto feito, parte ao meu ministro que se dignou d'aprovar.

Do barão da Foz se receberam hoje officios com data de 24 do corrente, em que diz não terem já n'aquelle dia comido ração os cavallos da sua columna, que se o capitão general da Estremadura Hespanhola não lhe permittir a entrada neste reino de alguma cevada, terá de se retirar para Elvas!!!

Conto que os revoltosos do Algarve em numero de 600 entraram em Evora, e que se prepararam para vir a Alcacer.

Consta que na Segunda feira estarão promptos os 80:000\$000 para mandar para ahi, mas agora o que receio é que não baja força para os conduzir.

Estou desesperadissimo, e se fosse a dizer os meus sentimentos não sei até onde chegaria, mas não deixarei de lhe dizer que me parece impossivel que um general diga que retira de Monforte para Elvas porque não tem alli que dar aos cavallos, logo é porque em Elvas tem esse fornecimento e então porque o não manda transportar para alli; e se lá não o tem para que retira para um ponto onde vai estar nas mesmas circumstancias que alli.

A respeito do emprestimo ahi vai uma carta do conde do Tojal, que diz o que ha a esse respeito.

Adeos meu querido amigo estou tão ner voso que não sei o que faço nem o que digo. — Seu amigo do C. — Dantas. — Em 27 de Março. 6



## À ÚLTIMA HORA.

Sabemos com certeza que a rainha accitou hontem as propostas do gabinete inglez sem modificação alguma. O coronel Wilde partiu esta madrugada para Setubal no vapor Polyphemus, volta hoje á noute, e parte amanhã para o Porto.

